POLÍTICA

Ulysses aprova o "compromisso" de Sarney. Mas vai submetê-lo ao PMDB.

Ele gostou do documento "em suas linhas gerais", porém ainda não resolveu se o assina.

Só depois que o PMDB e o PFL examinarem e aprovarem seu "Novo Compromisso com a Nação" o presidente Sarney irá ao rádio e à TV para anunciá-lo ao País, explicando os problemas de seu governo, o rompimento da Aliança Democrática e falando sobre sua nova base de sustentação política. Ao anunciar o documento, Sarney estará certo de uma coisa: ficará sem o apoio de 30 a 40% do PFL.

Ontem, depois de duas horas e meia de conversa com o presidente da República, à noite, no Palácio da Alvorada, o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, aprovou as linhas gerais do documento.

— É um documento amplo, abrangente, com aspectos fundamentais que dizem respeito a compromissos inscritos no programa e na luta do PMDB — afirmou Ulysses.

Ele salientou ainda que o presidente Sarney destacou na conversa que é filiado ao PMDB e que deseja o apoio do partido em sua obra administrativa. "Ele afirmou que era esse o seu propósito e que levasse aos meus companheiros essa certeza".

Ulysses afirmou que não se tratou da reforma ministerial na conversa e aproveitou para criticar o PFL, acusando-o de haver "denunciado unilateralmente a Aliança Democrática". Ele descartou a possibilidade o documento voltar a unir os dois partidos, lembrando que caberá ao PFL rever ou não sua decisão.

O presidente da Constituinte elogiou ainda "a prudência, a cautela e a ponderação" com que o presidente Sarney está conduzindo o assunto. Pelas linhas gerais, segundo Ulysses Guimarães, o documento deverá ter a aprovação de seu partido.

— Vamos aguardar a versão definitiva. Essa ainda pode sofrer modificações — disse ele a um repórter que perguntou se ele assinará o documento.

Cautela

Com essa resposta, Ulysses foi coerente com a ênfase que deu às suas declarações de pouco antes de se dirigir ao palácio: "Cheque em branco, não". Explicou que de qualquer forma irá submeter à apreciação dos órgãos deliberativos do PMDB o documento que o presidente da República está preparando, para depois decidir se o assinará ou não.

— É claro que confio no presidente Sarney e nosso dever é ajudar o seu governo, mas primeiro eu tenho que ler o documento e discutir o seu conteúdo com o partido.

Ulysses recebeu ontem também a visita do presidente de honra do PFL, ministro Aureliano Chaves, com quem conversou sobre os respectivos partidos, "dentro da perspectiva de espera do documento em elaboração pelo presidente Sarney". O ministro foi até a residência oficial do presidente da Constituinte, segundo Ulysses, para cumprimentá-lo antecipadamente pelo aniversário, que é hoje, "num gesto de amabilidade que me envelheceu por um dia".

Sustentação

A impressão do presidente Sarney de que perderá o apoio de 30 a 40% do PFL, mas que em compensação contará com 90% do PMDB, foi manifestada a parlamentares que estiveram com ele no fim de semana, no palácio da Alvorada.

Sarney não escondeu sua irritação com o comportamento de dirigentes do PFL — principalmente Marco Maciel — que lhe cobraram e continuam cobrando urgência nas decisões. "Eu não posso tomar decisões de governo de acordo com a agenda do PFL" — desabafou o presidente.

A impressão do presidente da República, de que o comando do PFL poderá declarar-se "em posiçõ de independência" perante o governo está sendo confirmada por líderes e parlamentares do partido. Para muitos deles, a Comissão Executiva Nacional do PFL, na sua reunião de quinta-feira, poderá decidir pelo afastamento do governo, antecipando para este mês a convenção nacional marcada para novembro, a fim de formalizar a decisão.

Esse novo quadro político ficou evidente ontem no Senado, com a bancada do PFL numa posição nitidamente oposicionista, a partir de um pronunciamento do senador João Menezes (PFL-PA), que falou pela liderança do partido admitindo ser difícil a convivência com o governo e especialmente com o PMDB. Em resposta, o líder da maioria, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), observou que o PFL começava a atuar na oposição e aproveitou para assegurar que o PMDB está disposto a apoiar um programa de governo com sua maioria no Parlamento. Sempre aparteado pelos líderes frentistas Carlos Chiarelli (PFL-RS) e João Menezes, Cardoso garantiu que falava por todos os peemedebistas, "da esquerda à direita do PMDB".

Depois de lembrar que é líder do PMDB e não do governo, Fernando Henrique rebelou-se contra o que qualificou de "minorias artificiais, pois esse seria o caminho para o clientelismo podre". Mesmo assim, não descartou a possibilidade de apoio ao governo compartilhado por outros partidos.

João Menezes e Carlos Chiarelli concentraram seus ataques no ministro peemedebista Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência, enquanto Cardoso procurou explicar que a crise entre o PFL e o PMDB agravou-se, no episódio, porque o ministro vem procurando estadualizar a Previdência — o que causou embaraços ao PFL, já que a maioria esmagadora dos governadores pertence ao PMDB.

Confiança

Em conversas informais com parlamentares do PMDB, o presidente Sarney revelou-se confiante, considerando positivos seus últimos contatos com ministros, governadores e dirigentes do PMDB. Ele acredita que terá maioria parlamentar a partir do "Novo Compromisso com a Nação", mesmo admitindo defecções no PMDB e no PFL. Ele acredita que terá ainda o apoio de parte do PDS, do PTB e outros partidos.

Segundo fontes do palácio, o pronunciamento do presidente deverá reforçar sua tese em defesa do presidencialismo e de cinco anos para o seu mandato. Mas esses pontos não estarão explícitos no documento a ser assinado pelos políticos, para evitar resistências no PMDB. No pronunciamento, ele vai dizer como recebeu o Brasil, vai lembrar o que fez até agora e vai tornar claro o que considera vital para o País, enfatizando que a crise do governo é política e que a solução dos problemas econômicos passa por uma solução política.

PFL

Uma reunião para decidir se rompe com o governo ou não

A Executiva do PFL se reúne nesta quinta-feira, a partir das 10 horas da manhã, para decidir sobre a antecipação da convenção nacional, convocada para 29 de novembro, destinada a redefinir as relações do partido com o governo. O encontro se realizará 15 dias depois que seu presidente, Senador Marco Maciel, declarou extinta a Aliança Democrática, em sinal de protesto pelo convite endereçado pelo presidente José Sarney ao vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, para ocupar a superintendência da Sudene.

Segundo assessores de Maciel, a reunião se realizará mesmo que, até lá, o presidente José Sarney ainda não tenha feito o pronunciamento à Nação sobre a remodelação do seu esquema de apoio. Os pefelistas se queixam de que a demora do governo em decidir aglutinou o PMDB e está agravando problemas de relacionamento entre o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves e Marco Maciel.

O deputado Oscar Correia Filho (PFL-MG), muito ligado ao ministro das Minas e Energia, refletia tais Dificuldades, ontem, ao afirmar que, "quando o presidente lançar seu documento, o partido tem de se reunir para examiná-lo, primeiro, a Executiva, depois o diretório e, por fim, a convenção. Não aceitamos decisões de poucos em nome de muitos". Ele lembrou que, há alguns meses, Aureliano e Maciel convenceram a bancada estadual mineira de que deveria esperar a convenção nacional para propor o rompimento com o governo José Sarney. "De repente, o dr. Marco Maciel, atropela todo mundo e decide romper. Ouviu a quem?" — acresentou.

Na opinião do deputado Thomas Nonô (PFL-AL), "se a Executiva do PFL antecipar a convenção é porque decidiu pelo rompimento". Mas ressalvou que não haverá decisão imediata, pois "vai ser tão demorada quanto a votação do sistema de governo pela Comissão de Sistematização".

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), não vê, no entanto, problemas maiores na convenção, argumentando que "nunca a bancada esteve tão unida e ninguém quer mais dar apoio a um governo em torno do qual apenas voejamos". Já o deputado José Santana (PFL-MG) manifestou-se contrário ao rompimento que, em sua opinião, prejudicará os trabalhos da Constituinte. Para ele, qualquer decisão nesse sentido só deveria ser tomada após a promulgação da nova Carta.

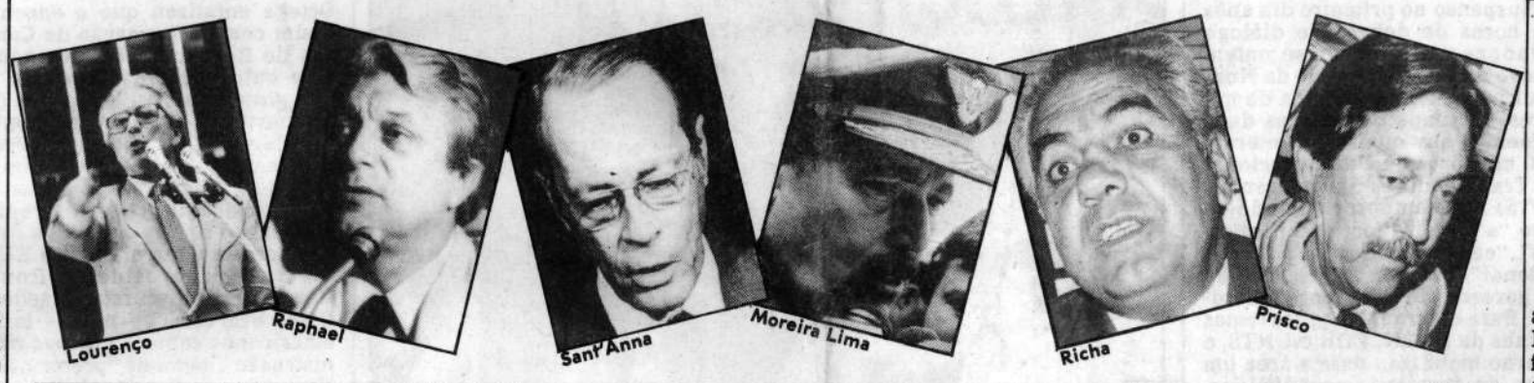
De qualquer forma, o deputado José Jorge (PFL-PE), muito ligado a Marco Maciel, confirmou a elaboração de um documento a ser submetido à cúpula do partido, contendo as reivindicações para que o PFL continue a apoiar o governo Sarney. Entre elas estão a desestatização de empresas públicas; a redução do número de ministérios; liberdade para o presidente da República escolher seus ministros; e autorização do Congresso para que o governo faça grandes obras.

Sobre o documento resta ainda a dúvida sobre se deve ser divulgado antes ou depois da fala presidencial. Marco Maciel e Aureliano Chaves preferem, por exemplo, que a divulgação seja depois da fala. E o ex-ministro da Educação, Jorge Bornhausen, prefere que seja divulgado antes.

Bornhausen

O senador Jorge Konder Bornhausen (PFL-SC) deixou oficialmente o Ministério da Educação ontem à tarde, com a divulgação de sua exoneração acompanhada da nomeação de Aloísio Sotero para ocupar a Pasta interinamente. Essa foi a solução encontrada pelo presidente José Sarney para atender a pressão do ministro demissionário, que não se sentia à vontade no cargo em meio à crise política.

Segundo fontes do governo, o senador exigiu uma definição para o seu caso em audiência fora de agenda, no meio da tarde de ontem. Bornhausen manifestou sua intenção de participar mais ativamente das articulações do PFL do Senado onde tem lugar garantido, e reclamou da morosidade da reforma ministerial. Ele oficializou o seu pedido de demissão no último dia 23, através de uma carta na qual faz duras críticas ao comportamento do PMDB no governo.



MINISTÉRIO

Quem quer fica, quem não quer sai.

Na reforma ministerial que o presidente promoverá, confirmada ontem por líderes informais do PMDB, não haveria mudança no Ministério da Previdência Social. A intenção de Sarney é a de confirmar Raphael de Almeida Magalhães na pasta, principalmente depois de notícias de que a direção do PFL deverá manifestar-se pelo rompimento, colocando-se em posição de independência perante o governo.

Além da escolha do substituto do ministro demissionário da Educação, Jorge Bornnausen (PFL), outra mudança é a do ministro da Indústria e Comércio. O ministro José Hugo Castelo Branco (PMDB) colocou o cargo à disposição e está em tratamento de saúde — por câncer — nos Estados Unidos. No regresso poderá ser substituido possivelmente por um parlamentar do PMDB mineiro.

Dos ministros do PFL, líderes do PMDB admitem a permanência de Abreu Sodré, das Relações Exteriores e Antonio Carlos Magalhaês, das Comunicações. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ficaria solidário com a decisão do partido. Já o ministro do Interior, João Alves, gostaria de ficar. Como é o único vitorioso do PFL (elegeu o sucessor em Sergipe) "poderia sentir -se constrangido" deixando o cargo.

Não surgiram novas informações envolvendo a possibilidade de substituição dos ministros Aníbal Teixeira, da Seplan, Denni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Roberto Santos, da Saúde. No PMDB voltou-se a falar da possível extinção do Ministério do Desenvolvimento Urbano. Ainda não há notícias de eventual participação do PTB e dos PDS no novo ministério se esses dois partidos integrarem a nova aliança política de apoio ao governo.

A reforma ministerial deverá ocorrer depois que os partidos examinarem o novo compromisso com a nação que o presidente deverá apresentar à nação amanhã. A posição de cada partido vai regular os critérios da mudança na esplanada dos ministérios.

"Estou na expectativa e com boa vontade" — disse ontem o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, ao presidente de honra do PFL, ministro Aureliano Chaves. O ministro foi cumprimentar o deputado pelo seu aniversário, e na ocasião, trocaram pontos de vista sobre a extinção da Aliança Democrática e a esperada decisão do presidente da República sobre a crise.

Parlamentares do PFL informaram que, na conversa, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves concordaram que o ministro Raphael de Almeida Magalhães "está exagerando" em seus ataques ao PFL. Na **TV MANCHETE** o ministro chamou os membros do PFL de "abutres do poder" e de "canalhas" aos que o acusaram de irregularidades na pasta. O presidente do PMDB não considerou ofensiva a entrevista do ministro da Previdência na revista **Veja**, mas comentou que na Televisão "Raphael exagerou", acentuando que ele deve parar com seus ataques generalizados ao PFL.

Flamarion Mossri

A festa pelos 71 anos de Ulysses

O presidente Sarney, ministros de Estado — civis e militares — e políticos, comemoram hoje à noite, no restaurante "Piantella", dos mais freqüentados pela classe política de Brasília, os 71 anos de idade do tripresidente Ulysses Guimaraës. O poire, *tradicional bebida das reuniões políticas do presidente do PMDB, será servido apenas aos amigos mais íntimos que se sentarem à mesa do homenageado. Os demais terão de se contentar com vinho Almaden, uísque, também nacional, e chope. Além da bebida, serão servidos dois pratos da preferência do doutor Ulysses, freguês da casa há pelo menos 12 anos: salada Waldorf e escalopinho ao vinho. A crise entre o PMDB e o PFL deverá ser, no entanto — longe da mesa do presidente Sarney — o "prato" preferido da noite. A direção do "Piantella" — que teve a idéia da festa, com a concordância imediata do homenageado — garante que não faltarão comida e bebida para todos. Como o restaurante tem apenas 120 lugares, o ambiente será transformado para que caibam 180 pessoas sentadas. Embora seja esse o limite máximo, a direção avisou que todos os demais que chegarem ao restaurante, desde que sejam "naturalmente amigos da casa e do doutor Ulysses, serão bem recebidos". Além dos políticos, ministros e do presidente Sarney, que já confirmou presença, segundo um dos organizadores, estarão hoje no "Piantella" o governador do Distrito Federal, José Aparecido, e vários jornalistas. Os telefones do gabinete de Ulysses não paravam de tocar, ontem, com autoridades e políticos pedindo convites, vendidos a Cz$ 300,00. Alguns amigos do homenageado mostravam-se preocupados com a possibilidade de faltar lugar no "Piantella".*

MILITARES

Agora, pensando no poder aquisitivo.

É "aflitiva" e "muito difícil" a situação salarial dos militares, e o assunto logo chegará ao ministro Bresser Pereira. As classificações e a informação foram dadas ontem, no aeroporto de Cumbica, pelo ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima. Hoje, numa reunião no EMFA entre Exército, Marinha e Aeronáutica, seu ministério apresentará propostas para superar, sem maiores desgastes políticos, as perdas salariais no setor que, segundo os estudos da Aeronáutica, chegam a 197%, acumulados nos últimos sete anos.

O "desgaste político", como citou um funcionário do ministério, deve ser contornado com uma das propostas: a desvinculação das datas para os reajustes salariais dos militares e dos civis. Na reunião deve ser também avaliada a hipótese de mudar a lei de remuneração dos militares, alterando os atuais índices de gratificações e indenizações.

Os índices, diferenciados para as duas categorias de funcionários públicos, militares e civis, foram rigorosamente aplicados durante todo o governo Figueiredo, cabendo sempre aos militares uma parcela bem superior que as dos civis. Com a Nova República, os índices foram igualados e a área militar — com um número muito inferior de funcionários que a área civil — se sentiu prejudicada.

Cruzado é culpado

O estudo das perdas salariais da Aeronáutica, feito por um oficial e aprovado pelo ministro Moreira Lima, fala numa perda de 197,09% e propõe três fórmulas de recuperação: uma reposição salarial neste valor, em uma parcela, contanto que não ultrapasse o ano de 1987; em três parcelas, ou um reajuste imediato de 100% e o resto negociado em parcelas.

Na reunião de hoje o EMFA vai avaliar estudos também do Exército e da Marinha, todos tratando das perdas salariais dos militares. Além da adoção de um índice para reajuste dos soldos, os militares das três forças defendem igualmente a mudança dos índices concedidos nas gratificações e indenizações. Uma das maiores indenizações (isenta de Imposto de Renda) é a de habilitação militar, aumentada em janeiro deste ano de 75% para 105%. Esse aumento ocorreu em função do Plano Cruzado que, de acordo com o documento da Aeronáutica, foi um dos maiores responsáveis pela perda salarial dos militares — "a aplicação errada dos decretos-leis jogou com dados falsos", afirma o relatório.

O estudo da Aeronáutica relaciona ainda outros dados, historiando as perdas com a aplicação do Decreto-Lei nº 2.284 (Plano Cruzado), dele dizendo que o governo, ao fixar a anualidade para o reajuste salarial, deixou de beneficiar os militares com a correção salarial semestral, "pois sua anulação ocorreu antes de completar os seis meses". Reclama o documento do cálculo feito para o reajuste dos soldos durante o Plano Cruzado, considerado falso, acusando ainda: "A aplicação errada do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 86, além de não beneficiar a classe com o abono de 8%, dado a todos os trabalhadores, diminuiu, o que é ilegal, a remuneração dos militares em mais ou menos 5%.

Antes de chegar aos 197,09% de perda salarial, o estudo denuncia uma perda de 139,05% no ano de 1985, mais 35% da inflação relativa aos meses de janeiro e fevereiro de 1986, além destes 5%.

Ontem, em Cumbica, o ministro Moreira Lima comentou também a evasão de homens das Forças Armadas, considerando as perdas salariais o principal motivo. Do ano passado até agora, só na Aeronáutica, cerca de cem oficiais pediram afastamento, criando uma situação "aflitiva".

"Comando Águia" — Com ataques aos ministros militares e elogios à democracia, um documento começou a circular nos meios militares neste fim de semana levando, como assinatura, "Comando Águia". "É admissível que um ministro seja incompetente, mas três é no mínimo inacreditável", diz o documento, tratando, em suas quatro páginas, quase sempre de assuntos salariais e de ordem econômica. Comentando que nos anos de regime militar "tivemos igual número de acertos e erros", o texto concluiu dizendo que "o chefe supremo das Forças Armadas que não sabe a real situação de penúria e abandono em que se encontram seus subordinados não poderá cobrar lealdade ou qualquer tipo de responsabilidade quando por força do destino ter que a eles recorrer".

O processo do ministro contra o líder

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, deve apresentar hoje, perante o Supremo Tribunal Federal, a denúncia contra o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, por crime contra a honra do ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Raphael pediu, na sexta-feira passada, providências ao procurador-geral no sentido de processar criminalmente o líder do PFL, por matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, *de quarta-feira última, sob o título: "Lourenço ataca Raphael. Mas o ministro não sai".*

O procurador-geral passou o final de semana estudando o pedido feito pelo ministro e, no final da tarde de ontem, a denúncia já estava praticamente concluída, segundo seus assessores. Como base para a denúncia, Sepúlveda Pertence dispõe das informações dadas pelo próprio ministro da Previdência.

No pedido que enviou a Pertence, Raphael afirma que a matéria de **O Estado**, *transcrevendo as declarações de Lourenço, "é extremamente ofensiva à honra", quando diz que "a calúnia é muito própria de um homem do padrão moral e ético do senhor Raphael de Almeida Magalhães, cuja personalidade o País inteiro conhece".*

Lourenço insiste

"O Raphael de Almeida Magalhães é um safado. Mas se alguém lhe disser isso ele chora", voltou a atacar José Lourenço. "Não é apenas o PFL, mas toda a nação que rejeita a permanência de tal personagem no Ministério, e isso compromete irremediavelmente o governo", acrescentou o parlamentar.

"Como pode continuar no governo um ministro que teve ato de sua responsabilidade, a compra de mais de 300 apartamentos para funcionários da Previdência, sustada pela Justiça?" — indagou José Lourenço, para quem a posição do PFL diante do governo será determinada pela permanência ou não de Raphael de Almeida Magalhães no cargo. "Não se trata de questão pessoal, mas o descalabro é total no setor: os previdenciários estão em greve e a imagem negativa de tudo é tranferida para o presidente Sarney", explicou o líder do PFL.

Segundo ele "a Nação tem sérias dúvidas sobre o comportamento do ministro no trato da coisa pública".

GOVERNO

Sarney na tevê: os compromissos com a Nação. E vice-versa.

Quando for ao rádio e tevê, para anunciar seu "novo compromisso com a Nação" o presidente Sarney vai voltar a falar nos seus cinco anos de mandato. E, sem citar diretamente, pode mostrar-se favorável ao presidencialismo. Segundo seu amigo pessoal deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), este último assunto não será tocado. Segundo alguns líderes do PMDB, sim.

Mas seria "um erro" falar disso, segundo o senador paranaense José Richa, um dos principais colaboradores do chamado grupo "palamentarista interpartidário".Seria um "erro tático" mencionar duração de mandato ou sistema de governo porque nenhum dos dois constam, como decisões, de programas partidários. "São temas que interessam ao presidente, mas não a todos os constituintes. Estamos elaborando a nova Constituição para procurar atender á Nação, não apenas ao chefe do Executivo", disse o senador Richa, PMDB.

Em conversas informais com jornalistas, em ocasiões separadas, Prisco e Richa, de posições contrárias em relação ao sistema de governo, admitiram que a grande maioria votaria pelo mandato de cinco anos. O parlamentarista José Richa e o presidencialista Prisco Vianna deixaram claro que poderia prevalecer, mediante negociações, a proposta de adoção do sistema de gabinete após o término do mandato ao atual presidente.

Richa lembrou, inclusive, que sua antiga posição junto ao grupo parlamentarista era a de preservar as atribuições de Sarney. Prisco observou que mesmo esta proposta poderá encontrar resistências, dentro e fora do congresso: "Há os que defendem o parlamentarismo puro, com eleições presidenciais indiretas, dissolução da Câmara e moção de censura indiscriminada; há os que preferem mandato de quatro ou seis anos".

Pelas informações de lderes do PMDB , no pronunciamento pela televisão o presidente da República vai reiterar a posição tornada pública em maio — pelo presidencialismo e mandato de cinco anos. No "novo compromisso com a Nação haveria a manifestação pelo mandato de cinco anos, com referência indireta ao atual sistema de governo e à preservação das atribuições do atual presidente.

Como o senador Richa, os deputados Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE) e Joaquim Bevilacqua (PTB/SP), ambos parlamentaristas, confirmaram o movimento pela adoção do parlamentarismo somente com a posse do sucessor de Sarney. O deputado pernambucano aproveitou para elogiar o ministro Bresser Pereira que, na televisão, declarou-se parlamentarista, mas defendendo sua implantação somente após o término do mandato do atual presidente: "Grande posição, grande ministro. Merece nosso apoio" — observou Oswaldo Lima Filho.

A emenda do parlamentarismo para o sucessor do atual presidente é de iniciativa dos pefelistas Carlos Chiarelli e Arnaldo Prieto, ambos gaúchos.

Quem apoia quem

Na avaliação do novo esquema que apoiaria o governo, o deputado Prisco Viana acha que do PFL "no máximo 30% ficariam em posição de independência e, do PMDB, mais de 80% apoiariam o governo". O deputado Jofran Frejat (PFL/DF) acha que mais de 40% do partido se afastariam do Planalto. Ainda ontem, a bancada do PFL de Brasília não foi à cerimônia de posse de um correligionário na direção do departamento de Turismo. "O tratamento que o partido recebe do governo não está à altura do que representamos", disse Frejat.

Ontem em São Paulo, o ministro da Aeronáutica Octávio Moreira Lima disse que "em tese", os dois sistemas de governo, presidencialismo e parlamentarismo, são eficientes. "Depende muito da capacidade e competência dos homens que irão conduzir esses processos." Mas este é "um problema dele (Sarney) com as lideranças políticas dos diferentes partidos do Congresso Nacional".

Pesquisa. O Instituto Gallup realizou uma pesquisa no Rio e em São Paulo que aponta as preferências nos dois temas. Nas duas capitais, as coincidências: a maioria votou pelo presidencialismo e pelas diretas em 1988.